

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRA E ARTES.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LUCIANO CHACON DA SILVA



CORONELISMO E POPULISMO NO RIO GRANDE DO NORTE NAS DÉCADAS DE

1950-60: AJUSTAMENTO DE PRÁTICAS AUTORITÁRIAS.

NATAL / RN

2007

LUCIANO CHACÓN DA SILVA



**CORONELISMO E POPULISMO NO RIO GRANDE DO NORTE NAS DÉCADAS DE
1950-60: AJUSTAMENTO DE PRÁTICAS AUTORITÁRIAS.**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel e licenciado em história sob a orientação da Professora Maria da Conceição Fraga.

NATAL / RN

2007

**CORONELISMO E POPULISMO NO RIO GRANDE DO NORTE NAS DÉCADAS DE
1950-60: AJUSTAMENTO DE PRÁTICAS AUTORITÁRIAS.**

LUCIANO CHACON DA SILVA



Monografia apresentada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

PROF. DEP DE HISTÓRIA
Maria da Conceição Fraga.

Orientadora

PROF. DEP DE HISTÓRIA
Luiz Eduardo B. Suassuna
Examinador

PROF. DEP DE HISTÓRIA
Francisca Aurinete Girão B. Silva
Examinador

Á meus pais, Luiz Pereira da Silva e Dalvanira Chacon da Silva. Á minha esposa, Maria das Graças de Medeiros Chacon. Á meu filho Luís Fernando de Medeiros Chacon, que acaba de completar dois nos de vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, principalmente, por ser a fonte de paz e força para enfrentar os percalços da vida acadêmica.

À minha mãe, Dalvanira Chacon da Silva, uma pessoa que merece profunda admiração, possuidora de uma força tamanha, que poucos poderiam alcançar.

Aos professores e funcionários do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pelo apoio oferecido e, especialmente, aos membros do Colegiado do Curso, sem os quais não poderia estar vivendo este momento.

A minha orientadora, professora Dr^a. Maria da Conceição Fraga por estar sempre disposto a prestar orientações, mesmo nos horários mais difíceis.

Aos colegas, companheiros das alegrias e preocupações que envolvem o período de conclusão do curso e, principalmente, à Professora Aurinete, pela importante orientação técnica que deu para a redação da presente monografia.

A todos os amigos que ofereceram o “ombro amigo” quando eu precisei de apoio, especialmente a minha esposa: Maria das Graças de Medeiros Chacon por ter me apoiado nos momentos mais difíceis desta jornada.

O precioso da História é a documentação para o futuro e não o juízo decisivo e peremptório. Todos os contemporâneos, para o bem e para o mal, são testemunhas de vista, indispensáveis e ricas de notícia. Testemunhas e não juízes ou advogados. Todos testemunhas. O futuro estudará, confrontará e dará sentença. Muita gente pensa que a História é uma velhinha amável e covarde que aceita, por preguiça e senectude, as decisões dos contemporâneos.

Todos nós julgamos a História quando apenas escrevemos para a história.

Luis da Câmara Cascudo

SUMÁRIO

O CORONELISMO E O POPULISMO NO BRASIL

Introdução	09
CAPITULO I: Coronelismo e o Populismo no Brasil	10
1 Coronelismo.....	11
1.1 - Origens do Coronelismo.....	11
1.2 - Conceitos de Coronelismo.....	13
1.3 - Declínio do coronelismo.....	17
1.4 - Populismo.....	18
1.5 - Origens do Populismo.....	18
1.6 - Conceito de Populismo.....	21
1.7 - Declínio do populismo.....	23
1.8 Práticas autoritárias comuns aos dois sistemas.....	25
CAPITULO II: Coronelismo e Populismo no Nordeste	29
2 Aspectos do Coronelismo e do Populismo ^{no} Nordeste.....	30
2.1 Coronelismo no Nordeste.....	30
2.2 Populismo no Nordeste.....	35
2.3 Fusão dos dois sistemas.....	43
CAPITULO III: Coronelismo em decadência, populismo em ascensão	46
3. Do coronelismo ao populismo no Rio Grande do Norte.....	47
3.1 Theodorico Bezerra: de Cabo a "Major".....	47
3.2 Coronel Vermundo Soares..... (porquê, se ele é pernambucano?)	51

3.3 O ajustamento do coronelismo no Rio Grande do Norte.....	53
3.4 O que mudou para que nada mudasse.....	55
3.5 As novas formas de manutenção do poder (coronelismo em mutação).....	56
3.6 A política da troca de favores.....	60
4 Considerações Finais.....	61
Conclusão.....	63
Referências Bibliográficas	67

INTRODUÇÃO

Como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada, o coronelismo é uma forma de manifestação do poder privado, uma acomodação dos resíduos do Antigo Regime.

A adaptabilidade dos coronéis é o aspecto essencial a ser tratado neste trabalho. A originalidade da estrutura política do Brasil na República Nova, traço que se prende diretamente à estrutura sócio-econômica tradicional do país, que se fundamenta em grupos de parentela e que são ao mesmo tempo grupos de parentela sanguínea, com suas alianças e grupos de associados econômico-político.

Neste trabalho daremos especial destaque ao desenvolvimento e mutabilidade de práticas coronelísticas no Rio Grande do Norte, Estado este que desde suas origens é dominado politicamente por oligarquias. Nosso trabalho visa abordar o coronelismo como um modelo político exercido em determinado momento (década de 1950-1960) e sua adaptabilidade frente à chegada do populismo.

Veremos a crise da hegemonia política oligárquica local, a abertura de espaço para esse novo modelo como forma de solucionar a crise dando oportunidade à introdução de líderes personificados, em verdadeiros salvadores da pátria, necessários à implementação e consolidação dessa política de massas no mundo dos coronéis que foi o populismo. No entanto, não queremos dizer com isso que o coronelismo se transformou em populismo, mas que, alguns coronéis tiveram de se adaptar e incorporar elementos característicos do populismo para poder se manter no poder. À essa nova forma pensar a realidade é que chamaremos de mutações do coronelismo.

No primeiro capítulo estudaremos os conceitos de coronelismo e populismo no Brasil, baseando-se principalmente em autores como Victor Nunes Leal e Ibarê Dantas. No segundo, coronelismo e populismo no Nordeste Brasileiro, principalmente com Octavio Ianni e Francisco C. Weffort. No terceiro capítulo analisaremos os perfis de dois coronéis - um do Rio Grande do Norte, major Theodorico Bezerra, e outro de Pernambuco, Coronel Veremundo Soares, onde a bibliografia básica consultada foi Vilaça, M. V. & Albuquerque, R. C., no livro *Coronel, coronéis: Apogeu e declínio do coronelismo no nordeste* e Lauro Gonçalves Bezerra em *Major Theodorico: O Imperador do Sertão*.

CAPITULO I

CORONELISMO E POPULISMO NO BRASIL

1 Coronelismo

“O coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido e a decadente influencia social dos chefes locais, e notadamente dos senhores de terra”

Victor Nunes Leal¹

1.1 Origens do Coronelismo

“A raiz do coronelismo brasileiro encontra-se no período colonial, entretanto essa forma de poder político atingiu a culminação entre 1850-1950. O termo ‘coronel’ significa, literalmente, coronel, um posto militar originado nas milícias coloniais do fim do século XVIII, apesar de muitos acharem que o título vem da Guarda Nacional²”. O ‘coronel’, de modo geral, era o comandante militar de uma brigada da Guarda Nacional ou de um regimento num município. Era frequentemente dono de terras, (senhor de engenho ou fazendeiro de gado) e componente dominante da classe dirigente do Brasil agrário; porém, membros de outras classes, tais como comerciantes, advogados, médicos, burocratas, professores, industriais e até mesmo padres tinha o posto do coronel da Guarda. No Império, a Guarda Nacional foi a grande instituição patrimonial que ligou proprietários rurais ao governo. Ela não foi criada por proprietários, nem era uma associação que os representasse. Foi criada pelo governo durante a Regência, inicialmente para fazer face aos distúrbios urbanos desencadeados após a abdicação do imperador e sua inspiração era a guarda francesa,

¹ LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 5.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. p.7 e 8.

² *Id. Ibid.*

uma *organização burguesa*³. Posteriormente é que foi sendo transformada no grande mecanismo patrimonial de cooptação dos proprietários rurais. Daí os muitos conflitos entre seus oficiais e outras autoridades do governo ou eletivas, como juizes municipais, juizes de paz e padres. Os oficiais da Guarda Nacional não apenas serviam gratuitamente como pagavam pelas patentes e freqüentemente fardavam as tropas com recursos do próprio bolso. A escolha dos oficiais, que inicialmente era feita por eleição, foi aos poucos sendo eliminada para que a distribuição de patentes de oficiais correspondesse o melhor possível à hierarquia social e econômica. Em contrapartida, a Guarda colocava nas mãos do 'coronel' o controle da população local.

O título de coronel, como já foi dito anteriormente, remonta à criação da Guarda Nacional, em 1831, pelo governo imperial, em substituição às milícias e ordenanças, com a finalidade de defender a constituição e a integridade do Império. Como seus quadros eram nomeados pelo governo central ou pelos presidentes de província, o tráfico de influências e a corrupção política logo dominaram esse sistema. A patente de coronel tornou-se equivalente a um título nobiliárquico, concedida de preferência aos senhores de terras, que assim adquiriam autoridade para impor a ordem sobre o povo e os escravos. Sem vigilância direta, perdido nas distâncias e defendido por um partido nos excessos que cometesse, o coronel personificou a invasão particular da autoridade pública, favorecido pelo sistema que o nomeava e o sustentava. Assim, ao lado do coronel detentor de patente surgiu a figura do coronel sem cargo, qualificado pelo prestígio e pela capacidade de mobilização eleitoral. Os dependentes submetiam-se ao senhor da terra pela persuasão e pela proteção que caracterizavam a "relação de compadrio"⁴; em caso de resistência, eram expulsos da fazenda, perseguidos e em muitos

Nome. Tit. da obra

autor

³ apud, Castro, 1977.

⁴ *Compadrio*: relação de dependência entre um coronel e compadre, onde os elementos considerados inferiores e dependentes submetiam-se ao senhor da terra pela proteção e persuasão.

casos, até assassinados. Essa foi, durante muitas décadas, a configuração das relações políticas brasileiras nas áreas rurais.

Como pode se verificar, o cerne do coronelismo não tem relação com o papel dos comandantes da Guarda Nacional, mais sim com os aspectos sócio-políticos do monopólio do poder por parte das classes dominantes e auxiliares, nos regimes, monárquico e republicano no Brasil. Em suma, o coronelismo é um exercício do poder monopolizado por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseia em seu *status* de senhor quase que absoluto, e que nele se fortalece, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e política, tais como as que prevaleceram durante o período de transição uma nação rural e agrária para uma nação que iniciava sua industrialização.

Nos pequenos núcleos urbanos logo surgiram lideranças mais modestas, personificadas por comerciantes, médicos, padres ou advogados, todos presos à concepção comum do voto cativo. A república, ao deslocar o comando político para a unidade federada e transformar o governo central - depois do governo de Campos Sales até a revolução de 1930 - numa coligação de poderes estaduais, favoreceu o pleno florescimento do coronelismo. Os chefes estaduais tornaram-se coronéis de coronéis, pois os chefes dos municípios, em troca dos votos de seus próprios currais eleitorais, recebiam apoio para gerir os negócios locais e autonomia para nomear protegidos. Opor-se ao governo do estado, exceto no caso de municípios mais ricos, implicava sérias privações para o chefe municipal e seus seguidores. A vitória eleitoral do coronel de oposição foi sempre fato raro, pois a máquina do governo na política, no fisco, na justiça e na administração trabalhava contra ele. Se eleito, precisava de recursos que dificilmente viriam sem concessões de sua parte. Além disso, o governo podia seduzir os chefes da oposição, sempre que se mostrassem mais eficazes que seus correligionários na arregimentação de votos. Em síntese, esse é o contexto do

coronelismo no nordeste nos primeiros tempos da República.

1.2 Conceitos de Coronelismo

Desde o trabalho de Victor Nunes Leal ⁵, o conceito de coronelismo difundiu-se amplamente no meio acadêmico e aparece em vários títulos de livros e artigos. No entanto, mesmo os que citam Leal como referência, freqüentemente, o empregam em sentido distinto. Começaremos analisando o que era coronelismo na visão desse autor. Em suas próprias palavras:

*“o que procurei examinar foi sobretudo o sistema. O coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas o que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município”*⁶

Victor Nunes Leal⁶

Nesta concepção, o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. O coronelismo é datado historicamente na cultura brasileira. Na visão de Leal, ele surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica. O fato político é o federalismo implantado pela República em substituição ao centralismo imperial. O federalismo criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado. O antigo presidente de Província, durante o Império, era um homem de confiança do Ministério, não tinha poder próprio, podia a qualquer momento ser removido, não tinha condições de construir suas bases de poder na Província à qual era, muitas vezes, alheio. No máximo, podia

⁵ LEAL, Victor Nunes. *1948*. Op.cit.

⁶ Ibid. p. 13.

preparar sua própria eleição para deputado ou para senador. A conjuntura econômica, segundo Leal, era a decadência econômica dos fazendeiros. Esta decadência acarretava enfraquecimento do poder político dos coronéis em face de seus dependentes e rivais. A manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência na proporção em que diminuía a dos donos de terra. O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que do predomínio do coronel. O momento histórico em que se deu essa transformação foi a Primeira República, que durou de 1889 até 1930.

Dessa maneira, o coronelismo, segundo Leal, *é um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis*. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo.

Na visão de Pang⁷, denomina-se coronelismo:

*“a estrutura política que por intermédio dos chefes de clãs rurais e grandes latifundiários assumiram o controle da ação política. Onde o coronelismo é entendido como “poder exercido por chefes políticos sobre parcela ou parcelas do eleitorado, objetivando a escolha do candidato por eles indicados”.*⁸

⁷ PANG, Eul Soo. Coronelismo e Oligarquia (1889-1943). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁸ *Ibid.*, p. 19.

Busão Paiva⁹

Para este autor, o *"coronelismo é sobretudo um compromisso", uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores das terras⁹*. Não é possível pois compreender o fenômeno sem referências à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações do poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema coronelista, como sejam, entre outros o mandonismo, o filhotismo, o falseamento de voto, a desorganização dos serviços públicos locais. O coronel tem sido entendido como uma forma específica de poder político brasileiro, que floresceu durante a primeira República, e cujas raízes remontam ao Império. Já então, os municípios eram como feudos políticos, feudo não no sentido usual de feudalismo da Idade Média, que se transmitiam por herança, no nosso caso a herança não configurada legalmente, mas que existia de maneira informal.

Uma das grandes surpresas para os republicanos brasileiros foi que quase imediatamente após a proclamação da República, foi verificada a persistência desse sistema, que acreditavam ter anulado com a modificação do processo eleitoral. A base da antiga estrutura eleitoral se alargara com certeza, porém os chefes políticos locais e regionais se mantiveram praticamente os mesmos, e continuaram elegendo para as câmaras, para as presidências dos Estados, para o Senado, seus parentes, seus aliados, seus protegidos. Um coronel é sempre alguém de reconhecida autoridade e prestígio que possui, potencialmente, possibilidade de atender às demandas de sua clientela, sejam elas públicas ou privadas.

Busão Paiva

⁹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O Coronelismo: uma política de compromisso. 5. ed. São Paulo. Brasiliense, 1986.p.26.

Qualquer coronel chefe de algum município que se opusesse a um coronel do estado, sofreria retaliações em forma de cortes de verbas para o município, que gerariam perda de votos e, portanto, o *líder* caía em desgraça, isto é, opor-se ao governo do estado, implicava sérias privações para o chefe municipal e seus seguidores, principalmente no interior. Nos municípios mais ricos, com o aumento da cultura política da população, começou a haver certa oposição ao coronelismo. O problema, porém, é que começaram a haver os coronéis de situação e os coronéis de oposição. Embora uma vitória eleitoral de um coronel de oposição, poderia ser considerado um fato raro, pois em caso de vitória deste, a máquina político-administrativa governamental trabalhava contra ele na política, no fisco, na justiça e na administração. O mecanismo era simples e eficiente, uma vez eleito, o opositor precisava de recursos, estes dificilmente viriam sem concessões. Faz-se importante lembrar que apesar de origem comum, o coronel não pode ser confundido com o oligarca. Ambos se diferenciam pela posição que ocupam na política nacional: o coronel é chefe político municipal; o oligarca domina a política estadual, com influencia tanto no município quanto na esfera federal.

1.3 Declínio do coronelismo

As raízes do coronelismo já estavam bem sedimentadas no Império quando veio a república, o coronel, apenas amplia o seu papel dentro da nova estrutura política. O crescimento da população rural e das pequenas cidades, as migrações, a abertura de estradas e a penetração dos meios de comunicação de massa nos pontos mais remotos do território nacional tornaram o eleitor menos submisso e mais exigente para conceder seu voto. Surgiram novos líderes, que podiam dirigir-se diretamente ao povo, que encontravam-se cada vez mais concentrado nas cidades. A decadência do coronelismo, forma de organização político-social ajustada à tradicional sociedade rural brasileira, foi-se processando em compasso com a transformação da sociedade. O êxodo rural e o desmesurado crescimento das cidades

pelos aglomerados urbanos marginais esvaziaram o poder eleitoral dos coronéis.

A permanência de um regime de propriedade rural arcaico baseado no latifúndio, no entanto, ainda proporciona a sobrevivência de seu subproduto de pobreza e dependência, favorecendo a manutenção das práticas políticas autoritárias e da instituição do "voto de cabresto".

Foi principalmente a partir da década de 1930, que a população rural iniciou seu lento deslocamento para os centros urbanos. O maior acesso à educação e aos meios de comunicação de massa fizeram a população aumentar seu nível cultural e sua politização. A Revolução de 1930 trouxe mudanças nas relações entre o Estado, classes trabalhadoras e os empresários. O Estado atuando como árbitros das questões que envolviam patrões e empregados enfraqueceu ainda mais o sistema coronelista. O eleitor passou a ser mais crítico, e os coronéis então tiveram que mudar suas táticas de obtenção de votos. Começaram a surgir novos líderes, porém na zona rural o coronelismo continuava com sua força e os currais eleitorais que resistem ainda por longo período. Somente com desenvolvimento da urbanização e da industrialização, o poder dos coronéis entra em declínio, isto por volta dos anos 1940, sem, contudo, poder-se falar de seu desaparecimento.

1.4 § POPULISMO

*"Não há povo amorfo. Não há massa bruta e indiferente. A massa é formada de homens e a natureza de todos os homens é a mesma: dela é a paixão, a gratidão, a cólera, o sentimento de luta e o instinto de defesa".*¹⁰

¹⁰ QUEIROZ, Raquel de apud FERREIRA

Raquel de Queiroz¹⁰.

1.5 A Origens do Populismo

Quando o presidente Washington Luís (1929-1930)¹¹, transferiu ao Instituto do Café do Estado de São Paulo a responsabilidade de solucionar o impasse surgido no setor exportador do principal produto brasileiro na época, o presidente perdeu o apoio dos cafeicultores, que lhe conferiam sustentáculo político, portanto, foram principalmente os motivos de origem política e econômica que determinaram a eclosão do movimento revolucionário de 1930¹² que culminou com o fim da República Velha e início da Era Vargas. O rompimento da política "Café-com-Leite"¹³, que determinava a alternância de um presidente paulista e um mineiro frente ao governo do país, a comprovação de fraude eleitoral na escolha de Júlio Prestes para a Presidência da República e o assassinato de João Pessoa, candidato derrotado a vice-presidente, funcionaram como causas imediatas do movimento revolucionário que marca o início da Segunda República no Brasil e do movimento populista.

Os historiadores se dividem quando procuram conceituar o que seja populismo. Na realidade, os líderes políticos brasileiros classificados com o rótulo de "populista" apresentam uma grande diversidade na maneira de agir. Não se pode dizer que líder populista é aquele que busca o apoio popular, porque todos, da direita, do centro ou da esquerda, fazem promessas com o objetivo de conquistar o voto das camadas mais pobres, prometendo atender as reivindicações populares. Porém, a característica principal dos líderes populistas é o carisma. Alguns líderes, como exemplo, Getúlio Vargas, chegavam a levar multidões ao delírio, criando um clima favorável quase que ao fanatismo político.

passar p/ p- anterior ¹⁰ Apud. FERREIRA, Jorge (org.) O Populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 61

¹¹ *Ibid.* p.237.

¹² SILVA; Francisco de Assis. História do Brasil. 1.ª ed. São Paulo. Moderna. 1996. p.239

De uma maneira geral estes líderes populistas, não entravam em confronto com as oligarquias, recebendo ora o apoio de algumas famílias tradicionais ora, o apoio de grande parcela da população. Em algumas regiões do país, notadamente no sudeste, o populismo ganhou como aliada a burguesia industrial, sobretudo nos centros urbanos, onde esse segmento da sociedade começava a surgir com bastante força.

O populismo surge, quase sempre, quando existe uma forte crise na oligarquia, forçando-a a fazer concessões pois para sobreviver precisa de um governo que atenda, ao mesmo tempo aos interesses das três classes: conservadora, média e popular. A roupagem é popular, porém, o poder permanece nas mãos da elite. Às vezes, contudo, se volta para a esquerda, tomando um caráter mais radical, no sentido de promover reformas em favor da população. O populismo passa a ser evidenciado no Brasil a partir de um movimento armado vitorioso, a revolução de 1930, liderada pelo gaúcho Getúlio Vargas, que instaura um governo centralizado, em substituição ao federalismo da República Velha. Tenta-se processar o desmantelamento dos mandonismos locais das oligarquias sem, contudo, destruir a sua força política, pois; *“intocadas em suas fontes de poder, estas, (as oligarquias) subsistem como força local”*¹⁴. Os partidos políticos, em 1930, são dissolvidos e o Congresso Nacional, fechado. Alguns governadores de estado são destituídos, e substituídos por interventores nomeados, de confiança do novo governo. Procedimento idêntico é adotado em relação aos municípios, onde os chefes locais, (*coronéis*) são substituídos por intendentos de confiança dos interventores. Em substituição à estrutura do poder oligárquico, que é desorganizado, robustece-se o poder central da República e prestigia-se e fortalece-se o Exército nacional, base militar de sustentação do novo governo. Os antigos grupos oligárquicos ligados ao regime são depostos e substituídos “por outros situados na oposição. Entretanto as oligarquias

¹³ *Ibid.*, p. 209

se subordinam agora ao poder central, com a perda do controle direto dos governos dos Estados, onde são instalados interventores federais¹⁵”.

No período de 1930 a 1945, a ação partidária é quase inexistente. A afirmação da prevalência do nacional sobre os regionalismos, uma das características marcantes do movimento revolucionário de 1930, não chegou a expressar-se no campo político, mesmo com a criação de partidos políticos nacionais. Nos primeiros anos pós-revolução continuou a sobreviver o antigo quadro do regionalismo partidário estadual, o que revela a debilidade do projeto político.

À medida que a nova ordem e seus condutores não conseguem corresponder a tantas expectativas criadas, começam a crescer os descontentamentos e as frustrações. Dentro desse clima de insatisfações crescentes, desenvolvem-se movimentos de caráter extremistas, capitaneados pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), próxima ao partido comunista, e Ação Integralista Brasileira (AIB), com crescimento acelerado, disciplinada e estrutura organizacional, expressiva formação de quadros e militância ativa, constituindo-se em ameaça à integridade do regime. A ação do governo federal que sem um projeto nacional global foi marcada pela improvisação e nisso, O Governo se revelou um exímio artista, hábil e sagaz.

1.6 - Conceito de Populismo

“Podemos definir como populistas *as formulas politicas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de inspiração é o povo, considerado como agregado social homogêneo com exclusivo depositário de valores positivos, especificos e permanentes*”.¹⁶

¹⁴ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. IN: FAUSTO BORIS. História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano. São Paulo: difel, 1975. t. 3v. 1, p.158.

¹⁵ Apud, FAUSTO, Boris 1974. p. 110.

A característica básica do populismo é o contato direto entre as massas urbanas e o líder carismático, supostamente sem a intermediação de partidos ou corporações. A idéia geral é a de que o líder populista procura estabelecer um vínculo emocional, e não racional, com o "povo" para ser eleito e governar. Isto implica num sistema de políticas, ou métodos utilizados para o aliciamento das classes sociais de menor poder aquisitivo além da classe média urbana, procurando a simpatia daqueles desarraigados para angariar votos e prestígio - resumindo, legitimidade - *para si*. Isto pode ser considerado um mecanismo mais representativo de forma de governo. O populismo não conta efetivamente com uma elaboração teórica e sistemática, não é uma doutrina precisa. Ele procura excluir a luta de classe, pois, é fundamentalmente conciliador e raramente revolucionário¹⁷.

Se, por um lado, distintas formas de abordagem do fenômeno podem gerar distorções nas análises, por outro, o debate *até mesmo quanto à utilização dos termos "populismo" ou "trabalhismo" para melhor identificar o período da história política brasileira que vai de 1946 a 1964*¹⁸, mostra como é rico de interpretações e abordagens as diversas ocorrências populistas brasileiras, principalmente nessa fase histórica.

Segundo Francisco Weffort¹⁹, cada líder populista desenvolve um "estilo" próprio uma política personalista muito pouco exxplicita, com um ideário também pouco explícito e, por vezes confuso, com diferenças tão acentuadas que, muitas vezes, fica difícil uma percepção de algo comum, além do anseio em conquistar o voto popular.

¹⁶ BOBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Tradução: Carmem C. Variato [et. al]. 4. ed. UNB. Brasília, 1998. p. 981.

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ *Id. Op. cit.* p. 981-984

¹⁹ *Op. Cit.* Weffort, 1980, p. 62

De fato, o populismo é um objeto de estudo científico sem uma formulação totalmente acabada. Em parte pelas paixões a favor ou contra e em parte pela diversidade das ocorrências históricas do populismo, o que resulta em uma diversidade de abordagens. Classicamente, existem três grandes formas de abordagens analíticas do populismo. Ele pode ser estudado como um fenômeno de origem social, como uma forma de governo ou como uma ideologia específica. Não existe, portanto, uma política populista única e definida e sim, diretrizes, variando o seu conteúdo de acordo com a formação ideológica e cultura de cada líder. Em qualquer de suas formas, o populismo necessita de alguns elementos básicos para se concretizar: independente das particularidades das ocorrências, ele surge quando há uma massificação de amplas camadas da sociedade que desvincula os indivíduos de seus quadros sociais de origem e os reúne na massa, relacionados entre si por uma sociabilidade periférica e mecânica; quando há uma perda da representatividade e da exemplaridade da classe dirigente; quando há a presença de um líder dotado de carisma de massas ²⁰.

1.7.4 Declínio do populismo.

O populismo tendeu também a retirar da própria burguesia nativa sua capacidade de ação política autônoma, na medida em que em tais regimes toda ação política é referida à pessoa do líder populista que se coloca idealmente acima de todas as classes. Ideologicamente, o populismo não é necessariamente de "Esquerda", no sentido de que seu alvo não é apenas a massa destituída da população; há políticos populistas de Direita como, por exemplo, Jânio Quadros.

Enquanto ideologia, o populismo, não está ligado obrigatoriamente a políticas econômicas de tipo nacionalista. A política populista brasileira caracteriza-se menos por um

²⁰ WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.

conteúdo determinado do que por um modo de exercício do poder, através de uma combinação autoritarismo e dominação carismática.

Getúlio Vargas, governante brasileiro, exemplo é o exemplo máximo do populismo no Brasil, ele subiu ao poder através de golpe de Estado nos anos 30 (Era Vargas, de 1930 até 1945) e depois foi eleito democraticamente presidente em 1951, governando até suicidar-se em 1954, ele se utilizava do populismo, sendo apelidado de "pai dos pobres". Sua popularidade entre as massas é atribuída à sua liderança carismática e ao empenho na aprovação de reformas trabalhistas que favoreceram ao operariado que no entanto a longo prazo minaram o poder dos sindicatos e de seus líderes, tomando-os dependentes do Estado.

Em *O populismo na política brasileira*, de Francisco Weffort²¹, o argumento central é a imposição do populismo pela conjugação da repressão estatal, manipulação política e satisfação de algumas demandas dos assalariados. Dessa forma, as matrizes teóricas das análises de segunda geração sobre o populismo distanciam-se das da primeira geração, apesar de os objetos de estudo continuarem ligados a períodos de transformação estrutural da sociedade tradicional em moderna. Simplificando muito o pensamento de Weffort, pode-se dizer que o populismo é o produto de longo processo de transformação da sociedade brasileira, instaurado a partir da Revolução de 1930, e que se manifesta de uma dupla forma: como estilo de governo e como política de massas. É sob essas condições que surge o "Estado de compromisso", em que o conceito de manipulação não é proposta de maneira unidirecional, mas possuindo uma ambigüidade, por ser tanto uma forma de controle do Estado sobre as massas quanto uma forma de atendimento de suas demandas. "É interessante

Ibid., pass.
²¹ Id. Passim

observar que Weffort chega mesmo a sugerir a substituição de manipulação por aliança como categoria mais precisa para o que deseja situar²².

O populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas, mas a manipulação nunca foi absoluta. Se o fosse, estaríamos obrigados a aceitar visão liberal elitista, que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história alimentada pela emocionalidade de massas e pela falta de princípios dos líderes. Se o populismo foi manipulação, alega Weffort, “também foi um modo de expressão de suas insatisfações.”

1.8 Práticas autoritárias presentes nos dois sistemas.

As raízes do coronelismo provêm da tradição patriarcal brasileira e do arcaísmo da estrutura agropecuária no interior remoto do país. Promulgada a primeira constituição republicana, adotou-se um sistema eleitoral, onde o voto era aberto. Cada chefe político tinha, portanto, pleno controle sobre seus eleitores e, a rigor, a democracia era uma mera ficção. É neste contexto que o sistema coronelista se apresenta e desenvolve vários elementos autoritários em sua estrutura, pois, caracteriza-se fundamentalmente pela integração vertical dos trabalhadores rurais (moradores das fazendas) aos seus patrões e define-se essencialmente pela relação social na qual, o morador participa da campanha eleitoral através da lealdade ao proprietário da terra, com o qual mantém uma relação econômica de parceria (meação) que determina a manifestação política (eleitoral) do morador. Existe uma relação de dominação e dependência pessoal, que condiciona a entrada política do trabalhador rural a uma lealdade para com quem lhe “dá” a terra para cultivar. Portanto o comportamento do eleitor expressa a nível político, um relação vertical entre dois desiguais; onde um deles, o superior, exige o voto do inferior. Neste período, a vida girava em torno dos “coronéis”. Eles protegiam e perseguiram, mandava e desmandavam. Na política, cometiam todo tipo de fraude para

²² Autor [?] apud GOMES, (200), p. 34.

beneficiar seus candidatos. Em seus territórios, dependendo da maior ou menor liderança, nada se fazia sem a sua determinação. Os pobres, portanto, estavam sob o seu domínio. Os coronéis cometiam todos os tipos arbitrariedades e suas vítimas não tinham a quem recorrer.

Já no populismo as táticas eram outras, para se conseguir a adesão das massas urbanas, as expectativas tinham de ser, pelo menos, parcialmente atendidas. Por isso, o estado populista precisa ampliar suas bases de consumo visando a atender a parte das expectativas criadas pelas massas. Dessa forma, segundo Weffort²³, a política populista tem uma adesão popular, independente da extensão de sua capacidade de manipulação, assumindo responsabilidades com a democratização do Estado e obrigações com o crescimento das possibilidades de consumo, que incorre na necessidade de aumentar a oferta de emprego, ou seja, de ser competente o suficiente para preservar ou intensificar o ritmo de desenvolvimento econômico e social que havia proporcionado o surgimento das classes populares e que naquele momento mantinha a vigência das alianças populistas.

Jorge Ferreira²⁴ ressalta o mesmo ao afirmar que "liberais e autoritários, de direita ou de esquerda, diagnosticaram que os males do país provêm de uma relação desigual, destituída de reciprocidade e interlocução: *a uma sociedade civil incapaz de auto-organização, 'gelatinosa' em algumas leituras, e uma classe trabalhadora 'débil', impõe-se um Estado que, armado de eficientes mecanismos repressivos e persuasivos, seria capaz de manipular, cooptar e corromper*²⁵" esta população, associando-se ainda a isso a influência cada vez mais crescente dos meios de comunicação fez surgir novos líderes e estes começaram a se dirigir à população de forma cada vez mais concentrada nas grandes cidades que iniciavam seu longo

²³ Op. Cit. Weffort, Francisco. 1989, p. 163.

²⁴ FERREIRA, Jorge (org). O populismo e sua história. Debate e crítica. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

2001, p. 62.

²⁵ Id.

Ibid. 1p.?

inchaço em direção à favelização brasileira diminuindo consideravelmente o poder político dos coronéis e fortalecendo cada vez mais os líderes populares e carismáticos.

Podemos tomar como exemplo, o primeiro governo de Getúlio Vargas, onde ficam explicitados, em sua forma de controle estatal, dois instrumentos de controle da população e amplamente reconhecidos: a repressão e a manipulação. Instrumentos postos em prática através de um aparato repressivo e de um complexo sistema de propaganda e de doutrinação política. Sendo estas práticas distintas, porém complementares.

Na primeira forma de controle, destaca-se a ação repressiva e violenta da polícia, voltada para o controle dos setores mais combativos das classes operárias e sindicais. Onde entre as principais ações podemos destacar: a invasão a sindicatos, prisão de líderes de classes, espancamentos de militantes, utilização de uma legislação controladora e restritiva capaz de limitar a ação destas classes.

Controlada a classe operária e os sindicatos, entra em cena a forma de controle destinada a grande massa populacional, alheia aos conceitos ideológicos, relacionados às consciências políticas e de classe: a propaganda. Utilizada esta para manipular, doutrinar e iludir o "povo" através de idéias, crenças e valores baseados na mentira, na ilusão e na deformação ou inversão da realidade²⁶. Utilizando o rádio, o cinema, os livros, os jornais, entre outros.

Para esse autor, o resultado desse processo, que terminará por cristalizar o conceito dominante de populismo no Brasil, foi uma tendência em culpar o Estado e vitimar a sociedade. É assim que o conceito de populismo inicia sua trajetória acadêmica no Brasil, transformando-se a partir dos anos 50 em objeto de pesquisa das Ciências Sociais brasileiras.

²⁶ Id. Op.cit, p. 87.

Segue sua trajetória até meados dos anos 60, quando o golpe militar interrompe a chamada "democracia populista". É nesse momento que correntes teóricas passam a acreditar no fim do populismo como alternativa política nacional.

Podemos concluir que tanto o coronelismo quanto o populismo dissimularam vários elementos autoritários dos regimes democráticos, como por exemplo, os que antecederam os golpes militares de 1930 e 1964. A perspectiva revolucionária dissimulada sobre programas de muitos partidos políticos de esquerda ou de direita e que eram inadequados para a construção da democracia. A diferença básica entre o sistema "coronelista" e o sistema "populista", é que o primeiro se impõe pela força e pelo medo, enquanto o segundo se impõe pelo carisma e pela liderança no sentido de *salvador da pátria*, tanto um quanto outro se manifestaram no Brasil, ambos eram fenômenos oriundos da ignorância e analfabetismo funcional do eleitor, o primeiro advinha do meio rural e segundo do meio urbano. Ambos eram sistemas onde a palavra de ordem era, ditadura, persuasão, manipulação e autoritarismo, muitas vezes através do terror.

CAPITULO II

CORONELISMO E POPULISMO NO NORDESTE

2 Aspectos do coronelismo e do populismo no Nordeste

Como no tempo de Nabuco²⁷, ainda há brasileiros que parecendo livres não votam senão como servos. Constituem os feudos eleitorais das áreas estagnadas do interior. Como no tempo de Nabuco, a consciência da Nação Brasileira está ainda com muitos poucos.

Gilberto Freire²⁸

Considerando que o coronelismo predominante no Nordeste, teve sua origem na propriedade da terra, via lavoura e pecuária. Sua base de sustentação deixou de ser a propriedade da terra e passou a ser a política assistencialista, paternalista e clientelista. Política garantida e beneficiada pela máquina administrativa local, assim como pelas relações dos chefes com as esferas estadual e federal, o que coloca sob a dependência desses chefes a população local. Podemos dizer que ao longo desse processo, o coronelismo ajudou a desenvolver as bases de sustentação de práticas que ficariam conhecidas como populista. Tais práticas contavam ainda com os dotes e qualidades pessoais das lideranças locais em persuadir, conquistar ou convencer o eleitorado ou clientela de que eles são “bondosos”, “honestos”, “generosos”, “pais da pobreza”, os mais preparados para assumir os “destinos dessas localidades”.

2.1 Coronelismo no Nordeste

O Nordeste se transforma em problema de repercussão nacional já no início do século XIX e a partir da chamada “Grande Seca” entre 1877-79, verifica-se na região a intervenção do

²⁷ NABUCO, Joaquim Aurélio Barreto de Araújo, nasceu em Pernambuco em 1849. Político, escritor e diplomata, foi uma das maiores figuras da campanha abolicionista e um dos grandes defensores de uma Monarquia Federativa para o Brasil, com a divisão territorial do Império numa Federação de Províncias.

²⁸ VILAÇA, M. V. & ALBUQUERQUE, R. C.; *Coronel, coronéis: Apogeu e declínio do coronelismo no nordeste*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.71.

Estado mediante uma série de investimentos públicos. A partir daí, as políticas sociais de combate á seca se darão através da criação de uma variedade de instituições que se sucediam e se sobrepunham no decorrer do tempo. Não obstante, a intervenção do Estado não resultará em melhorias de vida da população que era vitimada pela seca. Conforme assinala Celso Furtado:

*(...) o extraordinário esforço realizado pelo governo federal nos últimos cinquenta anos para fazer frente aos problemas das secas foi desviado de seu autêntico objetivo social para transformar-se em instrumento de consolidação dos latifúndios de pecuária, ameaçados de suas próprias bases pelas grandes calamidades sociais em que se haviam transformado as secas. Nenhum esforço conseqüentemente foi desenvolvido para capacitar a intensa massa de trabalhadores, que vivem em parceria para enfrentar a seca*²⁹.

Os recursos públicos federais sendo criados para atender aos flagelados da seca, acabaram sendo desviados para os grandes latifundiários, privilegiando, assim, os seus interesses em detrimento dos realmente necessitados. Podemos citar o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) como portador desse perfil de atuação.

O incipiente processo de industrialização da década de 1930 fez crescer o eleitorado urbano e a expansão dos meios de comunicação e transporte influenciaram bastante no aumento e diversificação dos contatos da população rural com o mundo urbano, o que provocou inevitáveis mudanças na sua conduta política. Contudo, a base deste sistema de poder, a estrutura agrária brasileira, não foi atingida e o resultado disto é a subsistência do coronelismo, que se adapta aqui e acolá – grande latifúndio, exploração da agricultura unicamente para a exportação, implantação

²⁹ FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 22

de beneficiamento primário de monoculturas, pagamento da emergência para os trabalhadores rurais que, coagidos pela seca, construíam açudes nas terras de políticos para sobreviver.

A maior parte do eleitorado rural, que compunha a maioria do eleitorado total do Nordeste era ignorante e dependente dos grandes fazendeiros e estes determinam a orientação política a ser seguida e, ao ser transferido para os centros urbanos estas populações teriam mantido o individualismo, abrindo espaço para as relações personalistas e clientelistas típicas do populismo. Citando Octavio Ianni, Ferreira³⁰ lembra: "por um lado há o surgimento de populações recém-chegadas do mundo rural que não dispõem de condições psicossociais ou horizonte cultural para um adequado comportamento urbano e democrático, por outro, a sociedade carece de instituições políticas sólidas, a exemplo de um sistema partidário".

Somando-se a isto, verificou-se ainda, durante o fim da década de 1950, uma crise política: a crise da hegemonia política oligárquica. As eleições de 1958 representam de modo expressivo, esta crise. Segundo Amélia Cohn, elas já refletem de modo marcante, no nível político, as mudanças ocorridas no nível sócio-econômico regional. No nível regional representam a queda da oligarquia que até então detinha inquestionavelmente o poder³¹. Simultaneamente á crise política verifica-se também, o crescimento das forças populares, visto que a emergência destes setores populares era oriunda de tensões sociais que cresciam no período. A criação da SUDENE foi, em parte, projetada para minimizar essa situação, sendo, portanto, definida a partir de questões sociais.

A partir de 1959, inicia-se uma nova fase de enfrentamento de combate á seca, cria-se a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Essa instituição foi produzida

³⁰ FERREIRA, Jorge (org). O populismo e sua história, Debate e crítica. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001.

³¹ COHN, Amélia. Crise Regional e Planejamento. São Paulo: Perspectiva, 1978. p.41

dentro da administração do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) e objetivava solucionar os conflitos no Nordeste, a SUDENE coexistiu com o DNOCS. Nessa nova etapa, a seca já não era o centro do problema a ser resolvido. A SUDENE passou a focalizar o problema a partir de uma nova ótica: alavancar o desenvolvimento através da industrialização. Nesse sentido, havia a necessidade de diversificar a atividade produtiva na região através de um forte impulso no setor industrial, pois, segundo a concepção da SUDENE os efeitos da seca tenderiam a desaparecerem ou a serem considerados resolvidos a medida que a região se desenvolvesse.

Esta solução, no entanto, era complicada porque o atraso do Nordeste em relação ao desenvolvimento industrial do Sudeste foi ainda mais acelerado após a Segunda Guerra Mundial porque, o Sudeste, sobretudo São Paulo e suas áreas periféricas conseguiram adaptar sua produção para um mercado local ou regional. A economia nordestina ainda girava em torno de um modelo agro-exportador e foi severamente afetada pelos efeitos da guerra, a crise econômica do Nordeste fica evidenciada.

Para entendermos melhor a particularidade do coronelismo no Nordeste podemos citar um trabalho de campo realizado em 1963, a obra intitulada *Coronel, coronéis* de Marcos Vinícios Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque que marca uma face pouco explorada do fenômeno do coronelismo no Nordeste no “dia-a-dia” da História - a face empírica, real. Os autores mostram o rosto e o que há de humano por trás da abstração do conceito. Na introdução, uma contextualização histórica, que explica a formação do imaginário da região de Pernambuco. A cultura é fator essencial na constituição e compreensão do coronelismo que tem início com a “Guarda Nacional”, cuja missão é “defender a Constituição, a liberdade e a independência da nação”. Os coronéis, com suas cartas-patente, são homens de poder, de posse e de terras. Cada qual com seu perfil e que encontraram seu fim por não respeitarem os limites de seus domínios –

a expansão do rádio e da televisão foi fator fundamental – fundindo seus mundos quase autônomos à modernidade irrefreável. Foram vítimas de sistemas demasiado complexos, que não podiam controlar. Este sentido contraditório é captado pelos autores que afirmam: “o coronel é instrumento dialético de seu próprio acaso³²”.

Na figura de cada coronel representado no livro, uma visão real, material, organicamente humana. São quatro exemplos: Chico Romão, o que mais se aproximava do tradicional, sem a presença de influências externas perturbadoras ao seu sistema de forças. Zé Abílio, o coronel mais urbano, político, com personalidade pouco típica de coronel-vaqueiro sertanejo. Chico Heráclio, que conservava um pouco de cada característica sabia ser urbano e rural. Enfrentou lutas contra a burguesia comercial e industrial, fez do folhetim sua arma mais mortal contra os inimigos. Na definição de Veremundo Soares era “*um desbocado*”. E Veremundo Soares, o vizinho da modernidade, burguês, lido, viajado, comerciante e industrial, um apaixonado estudioso de botânica. Desta forma os autores definem o que segundo eles mais se aproximam de coronelismo no Nordeste brasileiro. todos com sua especificidade, comum apenas por fazer parte de um mesmo modelo político que entretanto para assegurar a estabilidade do sistema como um todo, fazia-se necessário que a maioria dos coronéis apoiassem o governo, embora essa maioria pudesse ser eventualmente trocada. As manipulações dos resultados eleitorais sempre beneficiavam um grupo em detrimento de outro e tinham um custo político. Se entravam em conflito com um número significativo de coronéis, os governadores se viam em posição difícil, se não insustentável. Basta mencionar os casos da Bahia, de Goiás, do Ceará e de Mato Grosso. Em todos eles, os governadores foram desafiados, humilhados e mesmo depostos. Muitas vezes,

³² VILAÇA, M. V. & ALBUQUERQUE, R. C.; *Coronel, coronéis: Apogeu e declínio do coronelismo no nordeste*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2003.

rebeliões de coronéis eram incentivadas pelo Governo Federal para favorecer oligarquias rivais nos estados.

O fato é que não se pode analisar o fenômeno do coronelismo somente como uma forma do poder privado, sem qualquer relação com o cangaço e com o fanatismo religioso. É igualmente um "compromisso" do poder público. Resultando em fenômenos como mandonismo, filhotismo, falseamento de votos e na "desorganização dos serviços públicos", como mostra João Camilo de Oliveira Torres³³. Do compromisso resulta a "reciprocidade", ou seja, o coronel, na sua área de ação, recebe ajuda do poder público, nomeações de funcionários públicos, por exemplo, facilitando, por sua vez, a atuação do governo.

Em suma, o enfoque sobre o comportamento dos trabalhadores urbanos como sendo determinado pela origem rural em um contexto de transição de uma economia tradicional e de participação política restrita para uma economia de mercado com participação política ampliada, faria que as populações urbanas fossem marcadas por individualismo, passividade e dependência do Estado. O resultado foi o surgimento do populismo, pois as características dos indivíduos cederam espaço para fatores como a opressão e manipulação por parte do Estado, transformando-os em variáveis explicativas importantes para o sucesso de lideranças populistas. Evidentemente, o populismo consegue se implantar no Rio Grande do Norte no momento de crise da política oligárquica coronelista estadual em meio às aspirações das camadas populares.

2.2 Populismo no Nordeste

³³ OLIVEIRA TÔRRES, João Camilo de. *Interpretação da Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio, s.d., p. 228.

Nos anos 60, o Brasil, passava por uma série crise política, agravada pelo conflito ideológico esquerda versus direita, com radicalismo de ambas as partes. Dentro desse contexto, se destacava o antagonismo entre as forças nacionais "*comunistas*" e as forças conservadoras, acusadas de serem "*entreguistas*" do patrimônio público ao capital estrangeiro, com a participação ativa de políticos operários e estudantes. Como consequência da crise que abalava o país o então presidente do Brasil, Jânio Quadros, renuncia, entregando o cargo de presidente da República a João Goulart, em agosto de 1961. Goulart tomou posse em 7 de setembro e governou, em regime parlamentarista, até ser deposto pelo golpe militar em 1964.

O populismo consegue ser implantado no Brasil em um momento de grande efervescência no meio político e social sendo assim, a forma política assumida pela sociedade de massa no país. Seus líderes eram homens provenientes de grupos políticos tanto de direita quanto de partidos políticos de esquerda. Na maioria das vezes esses líderes populistas eram burgueses que dominavam o cenário político, econômico e social; controlavam os aparelhos burocráticos dos partidos e organizações comprometidas com a política de massas. Em geral, eram possuidores de uma linguagem demagógica, mas, bem sucedidos junto às massas. Alguns alcançaram a categoria de personalidades carismáticas que faziam desses líderes pessoas "legítimas" capazes de solucionar os problemas sociais da "nova sociedade brasileira". O populismo, portanto, corresponde a uma conjuntura que presenciou a crise dos sistemas agro-exportadores e por consequência do esquema de dominação oligárquica em vigor. Os regimes populistas, apareceram como sistemas de transição que se esforçavam para integrar-se às classes populares na ordem social e política por meio de uma ação do Estado, voltada principalmente para setores considerados perigosos tais como as organizações de operários rurais e urbanos. Sendo assim, o

termo “populista”, designa um estilo de governo paternalista e ao mesmo tempo autoritário, em que o clientelismo das massas se mostra fundamental para a manutenção deste tipo de Estado.

O Nordeste brasileiro também foi alvo de atuação de políticos da era populista. No caso específico do Rio Grande do Norte, eventualmente, as eleições de 1960, ocorreram numa expressão de crise do domínio oligárquico do Estado e que havia uma conjuntura que favorecia a implantação do populismo no Estado no decorrer das eleições do corrente ano. Tal conjuntura faz supor que o processo de industrialização em parte influenciada pela criação da SUDENE em 1959, como também o rápido crescimento populacional urbano e, mais especificamente de Natal, tinha demandado esta nova realidade histórica. Veremos que a crise da hegemonia política oligárquica local abre espaço para esse novo modelo de fazer política e se apresenta como forma de solucionar a crise, dando oportunidade à introdução de figuras políticas personificadoras. A crise política dá força para a implementação e consolidação dessa política de massas no estado. E em meio à crise oligárquica torna-se evidente o pacto populista firmado entre as duas lideranças pertencentes a diferentes origens políticas e, portanto, de diferentes posições ideológicas, tornando-se expressiva uma política de massas, de feições burguesa ou esquerdista. Destacamos principalmente as atuações políticas de Aluizio Alves e Djalma Maranhão no Estado do Rio Grande do Norte.

Weffort³⁴ percebe o populismo como um fenômeno político de diversas facetas e *frequentemente contraditórias*. Não obstante, o populismo é, segundo ele, um fenômeno de qualidade social e política, embora, devido a sua diversidade, provoque uma percepção fragmentada, concebendo-o mais como um fenômeno de natureza pessoal, sendo assim ele assinala:

³⁴ WEFFORT, Francisco. Op. cit.

Cada um deles apresenta uma particularidade própria, um "estilo", tendo em comum ' sua política pessoal quase sempre pouco explícita e suas ideologia, ainda menos explícita e muitas vezes confusa'. Portanto, as diferenças e/ou contradições são de tal ordem "que se torna difícil distingui neles alguma significação fundamental comum, além do interesse que todos têm na conquista do voto popular e na manipulação das aspirações populares, dessa forma, ele conclui que, os aspectos decisivos da luta política – as formas de aquisição e preservação do poder - estão vinculados a uma luta entre personalidades³⁵".

A citação é longa, porém bastante elucidativa e adequada para contextualizar o populismo no Rio Grande do Norte. Os líderes populistas se utilizavam de vários artifícios lingüísticos para atrair as camadas populares urbanas, utilizando-se principalmente dos veículos de comunicação mais sofisticados da época como: rádio, TV, jornal, já que muitos destes veículos pertencem a políticos de expressão nacional, regional e local. Esses líderes se apresentavam como autênticos renovadores da política e dispostos a mudar tudo. Para melhor entender este processo analisaremos as campanhas de Djalma Maranhão á prefeito de Natal e de Aluizio Alves á Governado do Estado.

Em abril de 1961, através de uma carta, Djalma Maranhão mostrava o porquê da campanha:

"Há momentos decisivos na vida dos povos. É a hora em que a História marfa as suas encruzilhadas. Acreditamos que o povo brasileiro vive um desses momentos. Na sua luta contra o subdesenvolvimento ele precisa se erguer do solo e ganhar a sua independência de ação. E só poderá fazer isso se for alfabetizado

³⁵ WEFFORT, Francisco.-Op.-cit.-p. 56

Ibid., p. 56

e tiver uma educação mínima que o faça afirmativo na sociedade. Acreditamos que chegamos nessa encruzilhada: ou o povo se alfabetiza ou se escraviza³⁶”.

Djalma Maranhão partiu para a sua campanha. Sua atuação vai se caracterizar, principalmente, por dois aspectos. Primeiro, um caráter nitidamente ideológico. Nacionalista, desencadeava uma luta aberta contra o imperialismo. Segundo, a participação direta do povo, em seus segmentos mais pobres. Tinha como importante meio divulgador de suas idéias o jornal "A Folha da Tarde", além dos comícios públicos.

A campanha de Aluizio Alves foi radicalmente diversa da realizada por Djalma Maranhão quanto à metodologia de ação empregada. Bem mais sofisticada. Utilizando inclusive uma empresa publicitária: A "Tribuna do Norte", jornal de Aluizio Alves. Empregando, os meios de comunicação de massa, rádio e jornal. Usando slogans, como "Fome ou Libertação?". "Mendicância ou trabalho?", ou ainda "Miséria ou Industrialização?", colocava-se diante do eleitor como o salvador da pátria, sugerindo uma mudança radical através da vitória da 'oposição'. Esse triunfo marcaria o início de um processo em desenvolvimento no Estado do Rio Grande do Norte: o populismo. A 'Tribuna do Norte' serviu para influenciar determinados segmentos da sociedade, como intelectuais, estudantes e parte do funcionalismo público federal, estadual e municipal. Contribuiu igualmente para a tomada de decisão dos indecisos. Com suas manchetes, notícias, fotos e editoriais, traçavam um quadro inteiramente favorável aos candidatos da Cruzada da Esperança. A liderança carismática de Aluizio Alves empolgou o povo. Ciente de seu magnetismo pessoal, ele procurava por todos os meios manter o contato direto e pessoal com os eleitores. Os seus comícios e as suas passeatas impressionavam pelo número de participantes e

³⁶ **TRINDADE**, Sergio Luís Bezerra. Aluizio Alves; populismo e modernização no Rio Grande do Norte. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

pelo entusiasmo. Velhos, moços, crianças, mulheres de todas as idades, agitando nas mãos bandeiras e ramos verdes, cantando as músicas da campanha e gritando "Aluizio, Aluizio, Aluizio".

Nesse aspecto, certamente, se aproximavam os dois líderes populistas: Djalma Maranhão e Aluizio Alves. Ambos se apresentavam como pessoas pobres, da classe média, sem dinheiro, lutando contra a máquina manipulada pelos poderosos. Havia, entretanto, uma grande diferença com relação ao posicionamento ideológico. Um da esquerda, o outro do centro. Para Djalma Maranhão, *"o nacionalismo é ainda um movimento, uma revolução em marcha, para se transformar, no futuro, no mais poderoso partido de toda a História do Brasil"*. Aluizio Alves definia o seu nacionalismo de outra maneira:

"Tal nacionalismo não é anti coisa alguma. Nem anticapitalista nem anti-socialista. Ele se situa fora da área do debate ideológico para inserir-se corretamente na área em que o nacionalismo deve por natureza colocar-se para colher o apoio de toda a Nação, o nosso nacionalismo é, por isso, pragmático, e se despe de qualquer sentido ideológico de classe. Ele assenta no esforço capitalista, o esforço público, no esforço misto. Os seus dois objetivos são: primeiro, entregar a instrumentos brasileiros que representam a iniciativa privada e pública o comando da economia, estabelecendo mecanismo através do qual o enriquecimento nacional não se acumula nas mãos de poucos e antes alcance seu legítimo usufrutuário, que é o povo; segundo, criar no Nordeste parcela significativa e ponderável de um grande mercado interno que funcione para si e apenas secundariamente para o mercado externo".

*Henrique Pereira*³⁷

Neste sentido, o compromisso do líder populista nos parece, por esse feita, o discurso de cada comício, alterável ao gosto do eleitor. Este novo estilo era praticamente imprevisível antes de 1930, e isto se deve a força pressuposta do voto livre. Este novo estilo foi desenvolvido para dominar uma nova situação onde o eleitorado urbano das massas mostra-se receptivo a um líder atraente, usuário de um apelo direto e emocional.

Aluizio Alves surge como figura populista norte-rio-grandense capaz de mobilizar grande parte da população estadual. Ele representou a figura de um líder populista, na medida em que, nas eleições de 1960, tornou-se porta-voz desses setores populares emergentes. Sua candidatura ao Governo do Rio Grande do Norte conseguiu obter um número significativo de adesões. Conseguiu o apoio dos sindicatos rurais, do movimento nacionalista, de Djalma Maranhão, que era liderança nacionalista de grande expressão na capital do estado, e até dos comunistas, que atuavam na ilegalidade. Entretanto a imagem política de Aluizio Alves era permeada de contradições. Uma delas era que ele se fazia representar como uma liderança política que romperia com o atraso econômico e com as lideranças políticas conservadoras patrocinadoras desse atraso, porém, eram justamente essas forças políticas conservadoras, precisamente as oligarquias algodoeiro-pecuária, a genitora política de Aluizio Alves. Por exemplo, durante a campanha eleitoral de 1960, Aluizio Alves contou com uma importante arma de grande poder de persuasão junto às massas. Contratou uma empresa de publicidade para ser responsável pela estratégia de propaganda de sua campanha política eleitoral. Com isso Aluizio Alves, poderia contar com o apelo “moderno” da técnica publicitária para com mais facilidade, e usando as artimanhas dos profissionais da comunicação de massas, convencer a população de que realmente

³⁷ PEREIRA, H. A. A. R. O Homem da Esperança: Uma Experiência Populista no Rio Grande do Norte (1960 - 1966). UFRP, Recife, 1996. 156pp

representava a esperança de mudança, pois, essa empresa de publicidade³⁸, Tribuna do Norte, encarregava-se de assegurar essa nova imagem política.

A participação de uma empresa de publicidade na campanha eleitoral de um político nunca ocorrera antes na História Política do Rio Grande do Norte, tendo sido Aluizio Alves nas eleições de 1960 o responsável por essa inovação. Outra marca característica da campanha de Aluizio Alves, foram inflamados discursos que proferia em seus comícios. Nesses discursos Aluizio Alves intensificava a sua imagem de redentor do povo sofrido, único representante da esperança dos fracos e desesperados. Esses discursos emocionavam e empolgavam os eleitores. Foi mais uma inovação de Aluizio Alves, que aclamava-se junto ao povo, não só como um líder, mas como também herói.

Juntando-se a esse quadro evidencia-se ainda a luta pela reforma agrária fazendo crescer o movimento camponês no Nordeste e, com resultado desses movimentos, iram surgir as Ligas camponesas, lideradas principalmente por Francisco Julião, que se encontrava em Pernambuco. Além deste Estado, o centro do movimento camponês, acrescenta Amélia Cohn, *são criadas ligas na Paraíba, no Rio grande do Norte, Ceará, Piauí e Bahia.*

O crescimento do movimento camponês enquanto expressão das tensões e conflitos sociais no meio rural do Nordeste torna-se motivo de preocupação para o poder, visto que o *Nordeste [havia-se] transfigurado em um barril de pólvora, prestes a explodir na violência das tensões sociais*³⁹.

³⁸ CADERNOS ESPECIAIS. História do Rio Grande do Norte. IN. Oposições Vitoriosas nos Anos 60. Tribuna do Norte. Fasc. 12 p. 06.

³⁹ CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. O Nordeste e o Regime Autoritário: discurso e prática do planejamento regional. São Paulo: HUCITEC/SUDENS, 1987, P. 58.

Outro movimento popular de grande importância dentro do contexto populista e que merece destaque são os chamados “Movimentos de Educação de Base (MEB)”. Dentre destes podemos citar o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco (MCP), implementado inicialmente pela Prefeitura do Recife através da administração de Miguel Arraes, cujo objetivo principal, segundo ele, era *conscientizar as massas através da alfabetização e educação de base (...) e incorporar a sociedade os milhares de proletários e marginais do Recife*⁴⁰. É importante acrescentar que é no MCP que se situa a *gestação e os primeiros experimentos de Paulo Freire*⁴¹. No Rio Grande do Norte, o projeto educacional ‘*De pé no chão também se aprende a ler*’, sob a direção de Djalma Maranhão durante sua gestão como prefeito da Cidade do Natal. As campanhas de educação popular contribuíram também para acelerar o processo de politização das camadas mais pobres. Exemplos: a “Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, em Natal, e ao Movimento de Cultura Popular” em Recife, ambas em 1960.

2.3 Fusão dos dois sistemas

O perfil do chefe político e arbitro social que foi nos sertões nordestinos, o coronel, adquire contorno e dimensões sociais peculiares. A atitude do coronel nordestino é predominantemente conservadora e muitas vezes agressiva ao elemento novo. No entanto, consciente ou inconscientemente ele é um veículo de mudanças, pois o coronel foi vítima de seu próprio sistema, porque para manter o prestígio nas cidades onde ainda impera, promove urbanização em detrimento de suas bases rurais; patrocina a abertura de estradas para as capitais, facilitando a penetração do elemento moderno, perturbador da hegemonia. Para alargar a base eleitoral – fonte de sua nova força, decorrente do poder externo do Estado, mas que ele incorpora

⁴⁰ Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular I, Recife, 1963.

⁴¹ GÓES, Moacyr de. De pé no chão também se aprende a ler. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980. p.50.

-, abre escolas e fabrica eleitores, origem de um processo incipiente de politização que fatalmente lhe substituirá no mando. E chega mesmo ao ponto de, para conseguir manipular os escassos núcleos urbanos de opinião que se formam, e para alargar o espaço de influência, a encomendar folhetos populares que lhe exaltem a glória; utilizar boletins de cabala política; patrocinar o aparecimento dos curiosamente servis jornais interioranos; ou apoiar iniciativas mais temerárias, como a instalação de serviços de alto-falantes e de estação de rádio. O coronel tornou-se em meados do século passado, sobretudo depois de 1945, figura de coalizão entre tempos e estrutura sociais.

No que diz respeito às elites políticas populistas, interessante é verificar que por mais paradoxal que possa parecer, há um traço democratizante. As elites políticas tradicionais perdem a capacidade de representação devido aos baixos índices de renovação interna, na maioria das vezes. No Nordeste, elas se fecham em oligarquias nas cúpulas partidárias que, em última análise, definem aqueles que podem ou não ser candidatos. Não há uma cultura de ascensão realmente democrática de novas lideranças às estruturas partidárias. Essa liderança carismática, marginal ao sistema partidário, possibilita uma renovação - sempre parcial - da classe política quando tem sucesso eleitoral. Essa renovação de parte da elite política é o que garante ao populismo um caráter democratizante. No Nordeste o populismo passou a ser uma alternativa para a crise de representação política.

Percebemos que o coronelismo predominante no Nordeste, teve sua origem na propriedade da terra, via lavoura e pecuária. Porém, com o populismo, sua base de sustentação deixou de ser a propriedade da terra e passou a ser a política assistencialista-paternalista e clientelista. Política garantida e beneficiada pela máquina administrativa local, assim como pelas relações dos chefes com as esferas estadual e federal, o que coloca sob a dependência dos chefes a população local.

Essa base de sustentação conta ainda com os dotes e qualidades pessoais das lideranças locais em persuadir, conquistar ou convencer o eleitorado ou clientela de que eles são “bondosos”, “honestos”, “generosos”, “pais da pobreza”, os mais preparados para assumir os “destinos dessas localidades”.

Podemos concluir que o período compreendido entre as décadas de 1950 e 1960, criou condições favoráveis para o surgimento de modelos de populismos no Nordeste como forma de solucionar crise econômica e política.

CAPÍTULO III

CORONELISMO EM DECADÊNCIA, POPULISMO EM ASCENÇÃO.

3. Do coronelismo ao populismo no Rio Grande do Norte

Neste capítulo procuraremos fazer uma análise de dois casos de domínio econômico, social e político do coronelismo que se segue correspondente ao período de aproximadamente duas décadas -1950 – 1960 - fase em que se verificou seu gradativo declínio e suas adaptações frente às mudanças oriundas principalmente do que se convencionou chamar - populismo.

A partir da análise dos perfis de dois coronéis do Nordeste brasileiro, major Theodorico Bezerra e coronel Veremundo Soares, o primeiro do Rio Grande do Norte e o segundo do alto Sertão de Pernambuco, região próxima ou continua ao Ceará, verificaremos como se deu o processo de ajustamento deste coronéis frente às práticas populistas que surgiram. O que estava ocorrendo naquele momento e como se forjou esta modificação.

3.1 Theodorico Bezerra: de Cabo a "Major"

Aqui não se trate de fazer uma biografia do Major Theodorico Bezerra ou do coronel Vermundo Soares, mas, dentro do trabalho que nos ocupa, é preciso pinçar alguns momentos das estórias de suas existências, aspectos significativos de suas trajetórias econômicas e políticas, que possam torna mais inteligível a racionalidade do coronelismo naquele momento.

Theodorico nasceu em Santa Cruz, Rio Grande do Norte, sendo filho de José Pedro Bezerra e Anna Bezerra. Fez os primeiros estudos em sua terra. Em 1915 exercia o comércio, como ambulante. "Em princípio compra e vende tudo, mas o negócio de couro é que tem maior expressão. Em 1917 foi estudar em Natal, no colégio Santo Antonio. Após dois anos de estudos voltou para Santa Cruz, por causa da situação financeira precária de sua família.



Parou suas atividades quando foi servir o exército, mais precisamente no 21º Batalhão de Caçadores em Natal - RN, onde permaneceu de 1923 até 1924, quando chegou até o posto de cabo. Por essa razão, ficou conhecido pela alcunha de "cabo". O título de "major" apareceu depois, quando militava na política.

Saindo do exército, comprou, juntamente com um amigo, um caminhão. Depois, vendeu sua parte e comprou, em Natal, o "Hotel dos Leões". Aos poucos, foi comprando outros, como afirma Raimundo Alves de Souza⁴²: "O internacional", "Avenida" e "Palace Hotel", até fixar-se definitivamente no ramo com o arrendamento do "Grande Hotel", em 1939.

Theodorico Bezerra, apesar de suas inúmeras atividades, ficou conhecido sobretudo como algo que na realidade nunca deixou de ser: um coronel. É um coronel do tipo que emerge e se modela no trânsito entre o novo apogeu do coronelismo e seu rápido declínio. Projeta o perfil de um "novo coronel" despido das características anteriores de truculência, jaguncismo, desacato às autoridades constituídas que lhe estorvassem os propósitos particulares vestindo-se de uma roupagem de corte mais ajustado ao figurino da época que transcorre: pacifismo, *moradores desarmados, colaboração às instituições governamentais* - exercendo um controle que não era só pela força física, mas pela sedução e pelo medo do poder.

A diferença básica entre o coronel tradicional e o coronel de novo perfil, é que o primeiro se impõe pela força e pelo medo, enquanto o segundo se impõe pelo carisma e pela liderança mesmo que seja uma liderança forçada, persuadida, sobretudo pelo poder econômico. Tanto um quanto o outro modelo se manifestaram no Nordeste sendo que o coronel tradicional é mais comumente identificável na primeira fase do coronelismo e o segundo na sua fase decadente.

⁴² BEZERRA, Lauro Gonçalves. **Major Theodorico. O Imperador do Sertão**. Natal: RN/ Economico. 1982.

Aos 75 anos de idade, ele ainda exercia o domínio completo de suas terras e das pessoas que o cercavam. Quanto faleceu, em 05 de setembro de 1994, com 91 anos de idade já não desfrutava do prestígio de outrora.

3.2 Coronel Vermundo Soares

“Quem votar com este Chefe

Ficará abençoado

Fica querido do povo

E será recompensado

Pode ficar animado

Porque se tiver pecado Por Deus será perdoado”

(Do cancionero popular⁴⁶)

Analisando o perfil deste coronel verifica-se um ajustamento entre o coronel tradicional e o líder carismático que na definição de Vilaça⁴⁷, Veremundo Soares era “*um desbocado*”. Veremundo Soares, o vizinho da modernidade, burguês, lido, viajado, comerciante e industrial, um apaixonado estudioso de botânica. Nunca andou armado ou em companhia de pistoleiros. Mais do que nunca, um *sertanejo cordial*. Procurava recorrer à Justiça, numa época em que podia, claramente, usar a arma. Gestos, aliás, mais do que comum em outros coronéis do Nordeste brasileiro, mesmo assim Veremundo Soares controlava quase tudo em Salgueiro.

No século passado, muitos coronéis estiveram em cena no Nordeste, em Pernambuco por exemplo; *coronel* Quelé, chefe do clã dos Coelho, mandava em Petrolina; Zé Abílio reinava em Bom Conselho. Chico Heráclio era o rei de Limoeiro. Mandou na cidade desde 1920, quando foi

⁴⁶ Id. Op.cit.

⁴⁷ VILÇA, M. V. & ALBUQUERQUE, R. C.; *Coronel, coronéis: Apogeu e declínio do coronelismo no nordeste*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.54.

eleito prefeito, até a sua morte, em 1974, aos 89 anos de idade. Conhecido com “O Último Coronel de Pernambuco”, foi personagem de várias estórias de abuso de poder. Vejamos alguns exemplos:

1 - Em épocas eleitorais, o *coronel* fornecia aos eleitores (num envelope lacrado) as cédulas já marcadas com os nomes dos candidatos dele. E recomendava: não mostre a ninguém, guarde para, no dia da eleição, você colocar dentro da urna.

Um dia, ele foi abordado por um eleitor:

- Chefe, fiz tudo certinho, como o senhor mandou. Agora, me diga uma coisa: em quem mesmo eu votei, *coronel*?

Sem vacilar, Chico Heráclio respondeu:

- Nunca mais me pergunte uma coisa dessas. Você não sabe que o voto é secreto?!

2 – Ao participar de uma eleição em favor do senador José Ermírio de Moraes, Chico Haráclio recebeu vários jipes para usar na campanha. Ao fim da jornada, ele foi informado, por outro cabo eleitoral, que os veículos seriam recolhidos pelo doador. Imediatamente, Chico Heráclio enviou o seguinte telegrama a José Ermírio: “Devolva meus votos, que eu devolvo seus jipes.”

3 – Numa época de pré-campanha acirrada, o *coronel* reuniu seus auxiliares para saber como andava o alistamento de eleitores novatos. Um cabo eleitoral que acabara de entrar na sala iniciou o balanço:

- O movimento ta bom, coronel. Já alistamos mais de 1.500 só na zona rural.

Estas duas moças também são eleitoras, uma tem 16 anos, a outra 17, mas nós aumentamos a idade delas...

- Aumentou as duas pra 18, foi?

- Foi.

- Oxente, home, tu fez as duas irmãs ficar gêmeas...

Francisco Heráclio de Moraes Rego, o *Coronel* Chico Heráclio, já não tinha tanta força eleitoral⁴⁸ ao morrer, em 1974, mas até o fim foi temido pelos seus adversários.

3.3 O ajustamento do coronelismo no Rio Grande do Norte

Para traçar um perfil de Theodorico Bezerra faz-se necessário explicar que a sua doutrina para os colonos de sua fazenda - A fazenda de Irapuru, situada á 100 quilômetros de Natal - consiste em "*pouca conversa e trabalho, trabalho, trabalho*". E revela que a intenção é das melhores: "*fazer o controle para que não haja desordem*". Theodorico é sedutor e carismático, até chora quando lembra da mulher, já falecida.

Entretanto as relações de poder entre o "major" e seus empregados podem ser evidenciadas em sua caderneta da fazenda. A autoridade de Theodorico, que obriga os empregados a votarem, criou uma lista de regras que tinham de serem seguidas.

NOSSA CONDIÇÕES⁴⁸

É proibido aos moradores desta Propriedade:

- 1º- Andar armado, seja qual for a espécie de arma.
- 2º Tomar aguardente ou qualquer bebida alcoólica;
- 3º Jogar baralho ou qualquer outro jogo;
- 4º fazer feira em outra localidade que não seja IRAPURU;
- 5º Caçar ou permitir pessoas estranhas fazê-lo.

⁴⁸ **BEZERRA**, Lauro Gonçalves. Major Theodorico. O Imperador do Sertão. Natal:RN/Economico.1982.p.75

- 6º Possuir espingarda ou outra qualquer arma.
- 7º Brigar com seus vizinhos ou qualquer outra pessoa
- 8º Fazer quarto a doentes
- 9º Fazer baile sem o consentimento do proprietário
- 10º Criar seus filhos sem aprender a ler e escrever.
- 11º Falar mal da vida alheia
- 12º Inventar doenças para não trabalhar.

Os moradores desta propriedade são obrigados a:

- 1º - Fazer feira em Itapuru
- 2º- Botar os filhos na escola
- 3º- Zelar pela conservação de sua caderneta.

Theodorico afirma que todos os moradores têm um quadro em sua casa com uma lista de regras que dão condições para que elas possam viver na fazenda e *sob os olhares* atônitos dos moradores de um das casas da fazenda, ele lê no quadro a observação final das regras que criou: *“O morador que não cumprir os mandamentos terá 24 horas para deixar a sua casa e esta fazenda⁴⁹”*.

O coronelismo no Rio Grande do Norte já foi representado num programa de televisão⁵⁰, Globo Reporter, mas com a devida complexidade, sem associar Theodorico a algum ditador

⁴⁹ Id., *ibid.*, p 76

explorador e o “povo” ao sofrimento digno dos heróis. No lugar do povo, Theodorico se esforça para construir um retrato da elite por meio da figura de sua condição social, fazendeiro e político, que, como ele mesmo diz, a palavra que se aplica a ele é “fiz”: “Fiz estábulo, fiz escola, fiz estrada (...). Fiz, fiz, fiz”. Ele acredita a si mesmo o desenvolvimento da região e do interior do Rio Grande do Norte.

3.4 O que mudou para que nada mudasse

Como já foi dito em capítulos anteriores, o surgimento de novos líderes coincide com o crescimento do uso dos meios de comunicação. Estes começaram a se dirigir à população de forma cada vez mais concentrada nas grandes cidades que iniciavam seu longo inchaço em direção à favelização diminuindo o poder político dos coronéis. Na área rural, porém, através da pobreza e da dependência da população, surgiu um novo método de adquirir votos, o chamado voto de mercadoria.

Na transformação do sistema coronelista, onde os elementos considerados inferiores e dependentes submetiam-se ao senhor da terra pela proteção e persuasão, para o populista começaram a surgir novas relações de poder que devido às novas variáveis que se impõe à realidade eleitoral brasileira – a mobilidade da população e à recomposição demográfica da sociedade - possibilita o surgimento de seus sub-produtos. Vilaça e Albuquerque, em Coronel Coronéis, já em 1965, previam que a mercantilização do voto operaria o declínio político do coronel. *“Se o voto do coronel era antes como o seu gado, mercadoria que ele exportava, agora também é mercadoria que lhe é vendida em troca de favores, roupa, sapatos, empregos”⁵¹. [...] O*

⁵⁰ THEODORICO, O IMPERADOR DO SERTÃO. Central Globo de Jornalismo. Globo Repórter. Brasil. Duração: 48 min. 1978. Colorido. Código da Fita: DVD.02.006 dvd 02.006.01 vhs.

⁵¹ JANOTTI, Maria de Lourdes, O Coronelismo: uma política de compromissos. 6.ed. São Paulo: brasiliense. 1986, p.32.

processo eleitoral, com efeito, como que se comercializa em suas duas fases: do coronel para os seus candidatos e, posteriormente, do coronel para com o eleitorado, que se contagia com a mercantilização externa do voto⁵². A premissa dos autores acima de que, com a mercantilização do voto, o coronelismo estaria fadado a desaparecer, parece não se aplicar à realidade das regiões pobres do país, onde o coronelismo predomina se beneficiando, inclusive, dessa mercantilização. O interessante é que mesmo nesta relação clara a expressão “venda” de votos era considerada grosseira e comprometedora, por isso numa transação direta insiste em “pedir, dar” – “pede quem precisa dar quem tem” A nível do eleitor a relação não pode ser vista como compra e venda do voto e sim de pedido e doação. O dinheiro que entra é “gratificação”, “agrado”, não devendo ser tratado como pagamento. Na realidade o voto deixou de ser de “lealdade” ao coronel, pois este, cedeu lugar ao voto mercadoria.

3.5 As novas formas de manutenção do poder (coronelismo em mutação)

Com a revolução de 1930, o coronelismo que vigorou na Primeira República foi alterado. A descentralização que vigorou no período pré-30 foi substituída por uma centralização autoritária e comandada por uma burocracia situada no seio da sociedade política. “Os Estados, antes autônomos, passaram a ser governados por interventores indicados pelo Poder Central, com o respaldo de tropas do Exército recolhidas aos quartéis após a vitória revolucionária. [...] Esses interventores, por vezes sem raízes locais, passaram a governar nomeando até prefeitos e autoridades municipais, sem ouvir tradicionais coronéis da região”. Os interventores, a princípio, buscaram apoio nos chefes locais considerados dissidentes das administrações anteriores. Depois, com as eleições de 1933 e 1934, “compromissos e alianças foram se estabelecendo com as forças

⁵² VILAÇA, M. V. & ALBUQUERQUE, R. C.; *Coronel, coronéis: Apogeu e declínio do coronelismo no nordeste*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.39-41.



do seu principal centro de atuação. Sentindo cada vez mais a valorização do seu colégio eleitoral, os coronéis, no processo das eleições, apóiam determinados candidatos a governador, elegem seu prefeito, vereadores e por vezes deputado, mas passam crescentemente a mercantilizar o voto, com candidatos a deputado federal e a senador. A mercantilização vai se alastrando e o voto vai, paulatinamente, assumindo a forma de uma mercadoria. Em contrapartida, na tentativa de ampliar mais seu colégio eleitoral, passam também a mercantilizar os votos na base e, chega-se a um ponto em que, até seus dependentes vão sendo influenciados pelo poder de barganha do voto⁵⁵.

Nessas regiões, principalmente nos municípios interioranos do Nordeste, a maioria de sua população vive em precárias condições de vida e só tem os chefes para recorrer nos seus “apertos”. Além de não ter opções de emprego e perceber um salário irrisório, ela é desassistida de serviços públicos básicos, como saúde e educação. No município de Malta (PB)⁵⁶, por exemplo, as intervenções públicas nestes setores nos últimos anos demonstraram a despreocupação dos chefes locais em modificar o quadro, conforme pude observar na pesquisa que realizei naquele município. A maior parte dos eleitores dessas localidades vende seus votos por uma quantia irrisória e de antemão os chefes têm a certeza de que esses votos continuarão valendo muito pouco nos pleitos vindouros. A dependência e a subordinação começam quando esses eleitores necessitam de tais serviços, pois os chefes fazem questão de enfatizar que estão fazendo um favor, pois as obrigações que tinham para com eles terminaram no ato da compra dos votos. Quando se libertam de um chefe porque este perdeu um pleito, ficam presos ao chefe vencedor.

⁵⁵ Id., *ibid.*, p.32-33.

⁵⁶ DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e dominação*. Aracaju: UFS. 1997.

Por isso deve-se entender que a mercantilização do voto não compromete o coronelismo existente nas regiões pobres do país. Pelo contrário, ela até contribui para os chefes permanecerem no domínio político local. O aumento da participação eleitoral, ligada ao poder de pressão dos trabalhadores urbanos, inclusive de segmentos da classe média, que através de seus órgãos de classe alargava sua capacidade de barganha, proporcionou a entrada de novos “atores sociais” no cenário político nacional no final da década de 40.

Após 1950, tem-se a supremacia dos interesses industriais, a proliferação partidária e ainda a urbanização, que criaram novos comportamentos políticos e exigiram novas acomodações. Entretanto, as estruturas do sistema político local pouco mudaram, pois o poder local não se enfraqueceu com todas essas transformações, exceto nas áreas de maior concentração urbana.

O golpe de 64 não abalou o sistema coronelista, pelo contrário, até foi muito bem aceito. Apesar do acentuado processo de centralização e fortalecimento do poder central, que tem início em 1964 e vai até fins dos anos setenta, o poder do coronel e dos oligarcas regionais não foi abalado na sua essência. “[...] *Amplia-se o papel do Estado na gestão do setor produtivo, reformulam-se os mecanismos de captação de recursos públicos com a reforma do sistema financeiro, a modificação no sistema fiscal e a elevação das tarifas dos serviços públicos*⁵⁷”.

A esse respeito escreve Dantas: “Nesse contexto, de sustentáculo eleitoral, o coronelismo sobrevivente, vê seu prestígio recuperado, embora sem a dimensão de outrora. Os governadores, nomeados pelo governo federal, continuavam valorizando as lideranças detentoras de currais eleitorais, atendendo às suas demandas⁵⁸”.

⁵⁷ DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e dominação*. Aracaju: UFS. 1987.p.34

⁵⁸ Id..p.35.

O pluripartidarismo, que vigorou após a implantação da Constituição de 1946, foi extinto pelo Ato Institucional nº 2, de 27 de dezembro de 1965. O cenário político nacional após 1964 ficou caracterizado pelo bipartidarismo. O Ato Complementar nº 4 disciplinou a criação de entidades com atribuições de partidos políticos até que fossem estruturadas de forma definitiva novas agremiações. A partir desses dispositivos básicos, surgiram a Aliança Renovadora Nacional - ARENA - e o Movimento Democrático Brasileiro - MDB (Rolin, 1979: 21). O controle dos executivos estaduais pelo poder central, o enfraquecimento do legislativo e a criação de novos mecanismos (casuísmos), como as sublegendas, atendiam aos novos interesses do regime. Com essas mudanças, no âmbito político-institucional, objetivava-se obstaculizar as articulações políticas que predominavam anteriormente, principalmente no campo das alianças políticas e das práticas clientelistas tradicionais.

3.6 A política da troca de favores

Os anos 20 assistiram ao esgotamento do coronelismo, ao mesmo tempo em que o populismo começava a aparecer, mesmo que de forma quase que imperceptível. Todavia, as raízes não foram alteradas significativamente e, por isso, coronéis, populistas e tecnocratas passaram a dividir o mesmo palco político.

Os últimos anos da República Velha observa-se a exigência por mudanças, que aconteceram de forma gradual com a Revolução de 1930. Essa nova fase, contudo, não rompeu a antiga lógica, só fez aumentar o poder dos latifundiários, já que esses controlavam o processo eleitoral. A Guarda Nacional, foi uma das instituições que muito contribuiu para a continuidade das antigas relações, já que, também, ajudou na eliminação das fronteiras entre os poderes. A relação coronelista contou ponto a favor quando se pensa na sua importância para o Governo.

O poder do coronel é, uma vez mais, observado nas eleições, manifestação imprescindível nas trocas de favores. Na República Velha quem brilhou foi o Coronel. A transição parcial trouxe novos personagens à cena: intelectuais, tenentes e tecnocratas. O imigrante europeu pôs em xeque a continuidade do poder do coronel, legalizado pela Constituição de 1891.

Outros personagens que entram em cena são os industriais, os exportadores e os produtores rurais, dispostos a garantir o poder dos coronéis. Há uma definição do coronelismo enquanto compromisso entre os chefes locais e o poder público. Essa relação trouxe consigo práticas como corrupção, suborno, desorganização e favorecimentos.

O favor foi a mola – mestra do período coronelista, e a troca acontecia em todos os âmbitos da política nacional. A manifestação mais típica acontecia no voto de cabresto. Outra constante era o uso da violência, principalmente quando se fala em acabar com os opositores. Solidariedade, conflitos e violência foram os fatores de conservação da estrutura familiar brasileira. A parentela teve papel indiscutível na manutenção das teias do coronelismo. A crise da República Liberal trouxe mais personagens à tona, que mantiveram, contudo, vivo o mesmo imaginário do coronel.

4 Considerações Finais

O interessante é que hoje, mesmo com o fortalecimento do poder público a nível local, condição essencial, segundo Leal, para o coronelismo desaparecer, ele persiste se beneficiando das “benesses” desse poder. Refiro-me às políticas públicas empreendidas a nível local pelas esferas estadual e federal - serviços de infra-estrutura urbana: galerias, saneamento básico, calçamento; construção de grupos escolares e postos de saúde; construção de rodovias na zona rural; perfuração de poços artesianos - e que são passadas à comunidade sob forma de favor. O

mais curioso é que boa parte da população dessas comunidades aceita tudo como sendo “bondade” e “generosidade” dos chefes.

↻

Muitos municípios interioranos do Nordeste continuam sendo controlados pelos chefes, que dividem o poder político local com parentes e amigos, e excluem as “coletividades locais” de participar desse poder. A política adotada pelos chefes (para controlarem esses municípios) tem sido a política assistencialista-paternalista e clientelista. A marca dessa política é centrada na visão de favor, proteção e gratidão.

Portanto, o coronelismo persiste hoje, adaptando-se às transformações ocorridas no país de 1930 para cá, no âmbito político-institucional, econômico e social. O regime militar, longe de trazer modernização, veio dar continuidade ao imaginário do coronel. Uma maneira de enxergar a questão é que o populismo, na América Latina, foi um poderoso mecanismo de integração das massas populares à vida política, mas realizou tal incorporação de forma “*subordinada*”, colocando a figura de um líder carismático e mais ou menos autoritário como tampão entre as massas e o aparelho de Estado, favorecendo o desenvolvimento econômico e social, mas dentro de uma moldura estritamente burguesa.

A Esquerda, especialmente a comunista, apontava para o caráter reacionário e desmobilizador das benesses populistas, que se contrapunham às lutas organizadas da classe operária e faziam tudo depender da vontade desse líder.

populismo, pois também, no Rio Grande do Norte, populismo e coronelismo coexistiam ao mesmo tempo. A política populista é mais competitiva que sua antecessora - coronelista, e suas relações tendem a ser muito mais frágeis, já que mais instrumentais. Ela sobrevive a partir da sua capacidade de substituir os antigos laços de lealdade pessoal pela oferta de benefícios materiais, os mais individuais possíveis, de maneira a evitar conflitos e maximizar o seu arco de influência eleitoral. O patrono moderno é o líder carismático. E seu poder depende das suas habilidades em operar como intermediário entre sua clientela e os recursos públicos. A ausência do setor público na prestação de alguns serviços essenciais aos membros das comunidades interioranas, principalmente no Nordeste, tem feito com que a maioria da população local só tenha o chefe e/ou chefes para recorrer nos seus "apertos". Nesse caso, o chefe local assume as atribuições do Estado.

Uma retrospectiva mostra a importância da colonização portuguesa para o fenômeno, assim como as relações de poder e afetividade estabelecidos entre o povo e o senhor de engenho e foi se adaptando até chegar ao coronel e posteriormente ao populismo. Há, aí, uma fusão entre o público e o privado, fusão essa que é observada ainda hoje.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBIO, Norberto, **MATTEUCCI**, Nicola, **PASQUINO**, Giafranco. **Dicionário de política**. Tradução: Carmen C. Variale [et. al]. 4. ed. UNB. Brasília, 1998. p. 981-984

BEZERRA, Lauro Gonçalves. **Major Theodorico. O Imperador do Sertão**. Natal: RN/ Económico, 1982.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju: UFS, 1997.

DULCI, Otávio. **A UND e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1958.

FERREIRA, Jorge (Org.) **O Populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IANNI, Octavio. **A formação do estado populista na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

_____. **O colapso do populismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

JANOTTI, Maria de Lurdes Mônico. **O coronelismo: uma política de compromissos**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O município no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1997.



MARIZ, M. da S. & SUASSUNA, L. E. B. História do Rio Grande do Norte Contemporâneo (1934 - 1990): Estado, Evolução Política, Social e Econômica. Natal: CDF, Gráfica e Editora, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. As bases do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SILVA, Carlo Eduardo Lins da. Em busca do voto perdido: os meios de comunicação na tentativa de restaurar um pacto populista. Natal: COJORNAT, 1982.

SILVA, Francisco de Assis. História do Brasil. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

outros
não cita-
dos no texto

STEWART, Angus. As raízes sociais do populismo. IN: TABAK, Fanny, Ideologias e populismo. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

VILAÇA, M. V. & ALBUQUERQUE, R. C.; *Coronel, coronéis: Apogeu e declínio do coronelismo no nordeste*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

WEFFORT, Francisco Correia. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.